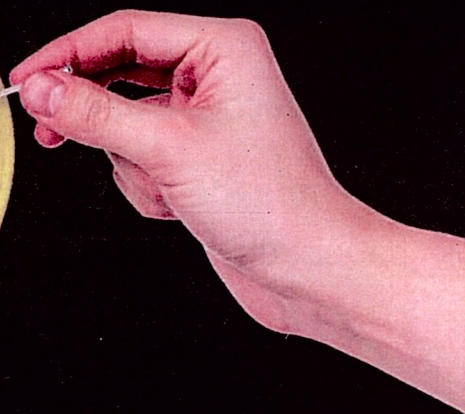


NÃO DEIXE PRIVATIZAR O QUE É TEU

NOSSO PATRIMÔNIO NÃO É MERCADORIA



UMA CAMPANHA
EM DEFESA
DO PATRIMÔNIO
DO POVO GAÚCHO

Esta cartilha propõe que os gaúchos reflitam sobre o equívoco que o governo do Estado comete ao apresentar o pacote de extinção e privatizações de empresas e fundações estatais à Assembleia Legislativa.

Este documento busca formar opinião sobre a importância do pacote que privatiza e extingue o patrimônio público seja rejeitado pela maioria dos deputados estaduais.

Nosso objetivo é demonstrar que os cortes propostos pelo governo do estado fazem parte de uma política de austeridade para combater uma crise econômica que é internacional. Política que, aliás, a experiência demonstra ampliar crises ao redor do mundo.

A FRENTE EM DEFESA DAS ESTATAIS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS entende que as empresas públicas assim como os servidores têm como função ajudar o Estado a se desenvolver econômica e socialmente. Mantê-los e fortalecê-los ajuda um estado como o nosso a recuperar padrões de desenvolvimento perdidos por privatizações e decisões equivocadas no passado.

É tempo de fortalecer as empresas públicas e ampliar seus papéis de fomentadoras do desenvolvimento e de combate a crises.

As empresas públicas são do povo gaúcho e não podem ser entregues a interesses privados que só visam lucro e não valorizam o serviço público.

**FRENTE EM DEFESA
DAS ESTATAIS E
DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS**

**CUT-RS, NOVA CENTRAL, FETRAFI-RS,
SENERGISUL, SINDBANCÁRIOS, SINDÁGUA,
SINTEC-RS, UNIPROCEE**

VENDER PATRIMÔNIO PÚBLICO É MAU NEGÓCIO PARA O ESTADO

2016

Elaboração:

DiEese
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Escritório Regional: Av. Júlio de Castilhos, 596 – 8º andar – Porto Alegre – RS
Cep 90.030-130 | www.dieese.org.br | errs@dieese.org.br

Sumário

Importância das estatais: ontem e hoje.....	6
Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul.....	7
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica.....	8
CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazéns	9
Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento.....	10
CRM - Companhia Riograndense de Mineração	11
Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul.....	12
Corag - Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas.....	13
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul	14
Badesul - Badesul Desenvolvimento	15
Fundações do Estado do Rio Grande do Sul	16
As consequências da privatização.....	21
O outro lado da abertura de capital.....	23
Privatizar prejudica toda a sociedade	24
Alternativas para o Estado	26

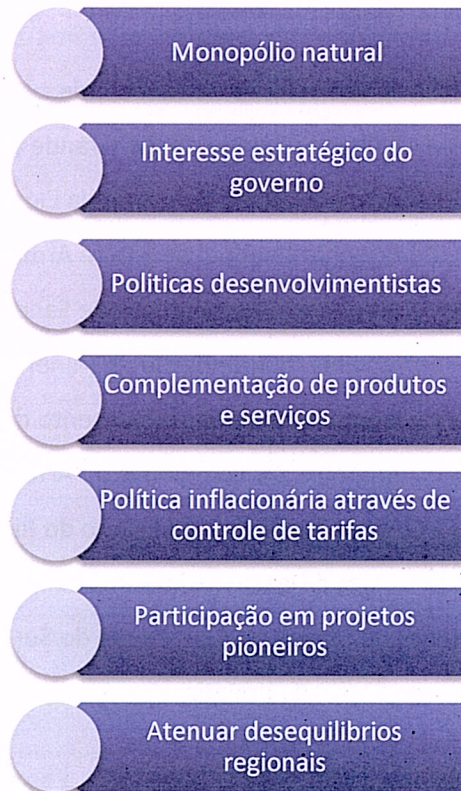
Importância das estatais: ontem e hoje

Criadas pelo Estado para exercer atividade de interesse público, as empresas estatais são dirigidas pelo poder público. Entidades estatais, muitas vezes, operam em setores em que existe um monopólio natural, ou onde o governo detenha interesse estratégico. Por exemplo, a indústria do petróleo.

As empresas estatais foram e são fundamentais para as políticas desenvolvimentistas nacionais, auxiliando em diversos ciclos de expansão, complementando a produção de bens e serviços em setores intensivos de tecnologia, ou baixa rentabilidade para o setor privado a médio prazo, ou com margem de risco alto para os volumosos investimentos.

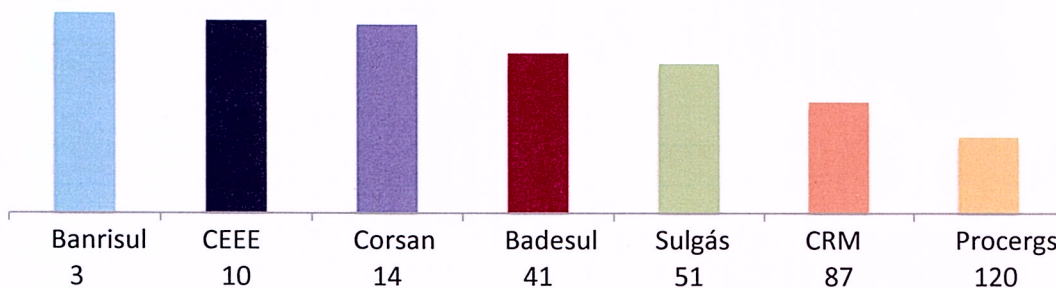
Privatizar significa comprometer o cronograma de projetos sociais, o investimento em melhorias sociais.

Além do mais, as empresas estatais costumam desempenhar funções múltiplas no Brasil: de um lado, constituem unidades produtivas das quais se exige resultados financeiros positivos; do outro lado, são unidades organizacionais às quais o Estado atribui funções de execução das políticas públicas. Entre esses papéis se destacam: o controle de tarifas e preços para reduzir as taxas inflacionárias; a participação acionária em projetos pioneiros; a localização em áreas economicamente deprimidas para atenuar desequilíbrios regionais de desenvolvimento; etc. Tais funções de interesse público podem reduzir a lucratividade financeira necessária para suas reinversões.



O ranking Grandes & Líderes - 500 Maiores do Sul é elaborado pela Revista Amanhã em conjunto com a PwC, com dados coletados no balanço financeiro das empresas (ou grupos). As estatais encontram-se em destaque no ranking. O Banrisul ocupa a 3ª posição. Na 10ª posição, está o Grupo CEEE, seguido da Corsan (14ª), do Badesul (41ª), Sulgás (51ª), CRM (87ª) e Procergs (120ª). Esse ranking do Rio Grande do Sul trouxe informações de 193 empresas públicas e privadas em mais de 30 setores.

Ranking 500 maiores do Sul Revista Amanhã



Fonte: Revista Amanhã

Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Ano de criação	1928
Agências	536
Pontos de atendimento	698
Abrangência da participação da população do RS	98,5%
Abrangência da participação no PIB do RS	98,9%
Ativos totais (R\$ milhão) – set/16	67.888
Carteira de crédito (R\$ milhão) – set/16	30.147
Patrimônio Líquido (R\$ milhão) – set/16	6.472
Lucro Líquido (R\$ milhão) – set/16	495
Investimentos (R\$ milhão) – set/16	969
Empregados – set/16	11.255

O Banrisul nasceu em 12 de setembro de 1928, em resposta a reivindicações proprietários rurais do Estado do Rio Grande do Sul que precisavam de empréstimos de longo prazo para proteger suas produções, dando como garantia os seus próprios imóveis:

O Banrisul está presente em 347 municípios gaúchos, dos quais 87 de forma exclusiva. Esses municípios não dispõem de nenhuma outra agência de banco público ou privado a não ser do Banrisul.

Os tipos de crédito do banco estão divididos em 40% para pessoa física (papel estratégico para alavancar o consumo), 27% para pessoa jurídica (importante parceiro dos investimentos das empresas gaúchas) e 13% de crédito imobiliário. Os outros 20% são compostos de crédito rural (8%), financiamento de Longo Prazo (6%), câmbio (2%) e outros tipos (4%).

Patrimônio Líquido Banrisul 2007 a 2015 (em R\$ bilhões)

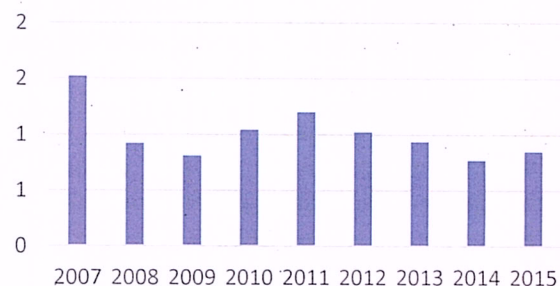


Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

A soma dos dividendos que os acionistas receberam de 2007 até 2016, ou o quanto o Estado deixou de ser remunerado, foi de R\$829 milhões desde a abertura de capital

Lucro Líquido Banrisul 2007 a 2015 (em R\$ bilhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Investimentos Banrisul e Coligadas 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

Ano de criação	1943
CEEE Distribuição	
Unidades consumidoras	1,6 milhão
População atendida	4,8 milhões de pessoas
Mercado consumidor gaúcho	34%
Municípios	72
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	- 484
Prejuízo Líquido (R\$ milhão)	514
CEEE Geração e Transmissão	
Porcentagem de energia produzida no RS	18%
Usinas próprias	15
Extensão de linhas de transmissão	6.055,61 km
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	1.488
Lucro Líquido (R\$ milhão)	R\$ 85
Grupo CEEE	
Investimentos (R\$ milhão)	597
Cabos de fibras óticas	1,2 mil quilômetros
Empregados	4.400

Fonte: Balanço da empresa, 2015

O Grupo CEEE atua no setor elétrico nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, além de serviços correlatos. Está presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, onde possui suas operações. A CEEE gerencia seus negócios diretamente ou através da participação em outras sociedades de capital intensivo e tecnologia de ponta.

Enquanto que a AES Sul e a RGE caíram de posições no Indicador de Desempenho Global de continuidade, a CEEE-D melhorou o indicador e subiu no ranking de 2011 a 2015. Ou seja, os serviços da CEEE-D vêm melhorando ao longo dos anos. O desempenho é melhor que as empresas privadas do setor elétrico que pioram de qualidade nesse indicador.

No início do ano, já com os boatos da privatização rondando a CEEE, haveria empresas interessadas na sua compra, **se os passivos ficassem com o Estado**. Isso não é novidade. Já aconteceu antes, quando parte da empresa foi privatizada em, resultando em duas outras empresas privadas: a AES Sul e a RGE. Essa operação não permitiu que a CEEE repassasse os custos porque eles incluem o passivo de 80% absorvidos na privatização. Por ficar com os passivos, A CEEE perdeu dois

terços da arrecadação e teve sua capacidade de investimento afetada.

Ainda assim a CEEE-GT é superavitária e o déficit da CEEE-D está em queda. Estima-se que em dois anos estima-se terá condições de dar resultados positivos.

O controle do setor elétrico pelo governo é estratégico para regular os preços das tarifas e para atrair empresas e investimentos no Estado com oferta de energia mais barata.

A CEEE se mantém atualmente com sua própria arrecadação, não contando com recursos provindos do governo

Investimentos com recursos próprios Grupo CEEE 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

(2): Os investimentos do grupo CEEE abrangem a CEEE Distribuição (CEEE-D) e a CEEE Geração e Transmissão (CEEE-GT).

CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazéns

Ano de criação	1952
Filiais ativas	19
Municípios	22
Capacidade de armazenagem	469.500 toneladas
Investimentos (R\$ milhares)	46
Empregados	184

Fonte: Balanço da empresa, 2015

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) é o órgão governamental responsável pela política oficial de armazenagem do Rio Grande do Sul. Criada em dezembro de 1952, tem a finalidade de suprir o setor agrícola com infraestrutura de armazenagem compatível com as crescentes safras gaúchas. Com sede administrativa em Porto Alegre, a Companhia conta com 19 (dezenove) filiais ativas, distribuídas em 22 (vinte e dois) municípios do Estado, totalizando 469.500 (quatrocentos e

sessenta e nove mil e quinhentas) toneladas de capacidade estática para armazenagem.

Vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, a CESA foi pioneira no Brasil na instalação de uma rede integrada de silos e armazéns. É uma instituição de utilidade pública que atende produtores de pequeno, médio e grande portes, cooperativas, governo, indústria e comércio. Seu papel social é fundamental para regular o preço dos alimentos e baixar o custo da cesta básica.

Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento

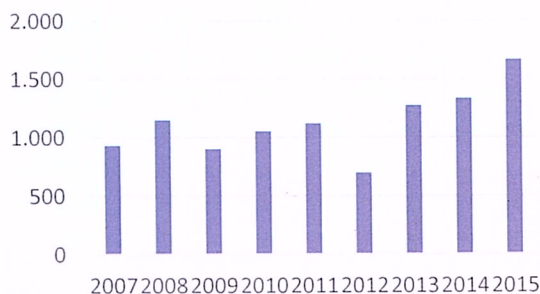
Ano de criação	1965
População atendida	6 milhões
Percentagem da população atendida	56%
Municípios atendidos	316
Percentagem de municípios	64%
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	1.663
Lucro Líquido (R\$ milhão)	164
Investimentos (R\$ milhão)	236
Empregados	6.115

Fonte: Balanço da empresa, 2015

O desenvolvimento do Estado e o crescimento das cidades, com o conseqüente aumento da demanda por saneamento, levaram o Governo do Estado a optar pela criação de uma empresa estatal para essa área.

A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) foi criada em 21 de dezembro de 1965 e oficialmente instalada em 28 de março de 1966, sendo esta a data oficial de sua fundação. O desafio de proporcionar ao Rio Grande do Sul e a sua população melhor qualidade de vida tem sido cumprido ao longo da história. O nascimento da Corsan e o serviço que presta de abastecimento de água deixou o aguadeiro definitivamente na história. Muitas doenças também foram erradicadas pela Corsan.

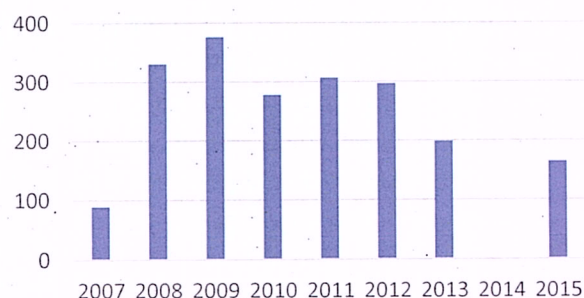
Patrimônio Líquido Corsan 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

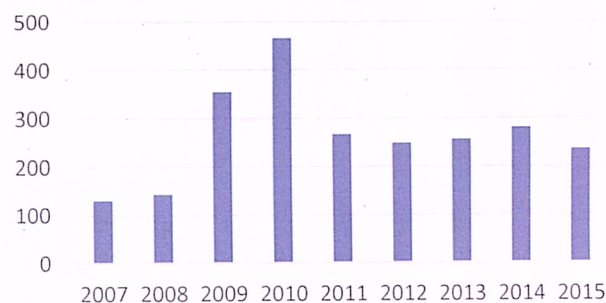
Lucro Líquido Corsan 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Investimentos Corsan 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

O exemplo da Sabesp mostra quanto uma privatização pode ser ruim para a sociedade. As tarifas da empresa subiram acima da inflação e ainda assim não houve investimentos suficiente para enfrentar a estiagem de 2015.

CRM - Companhia Riograndense de Mineração

Ano de criação	1969
Minas	4
Potencial energético de carvão mineral	3 bilhões toneladas
Municípios com exploração	5
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	290
Lucro Líquido (R\$ milhão)	13
Investimentos (R\$ milhão)	4

Fonte: Balanço da empresa, 2015

A CRM teve origem no Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), que foi criado em 1947 visando o desenvolvimento industrial e comercial. O beneficiamento de carvão mineral também abasteceu a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Em outubro de 1969, com a necessidade de maior flexibilidade operacional frente às perspectivas de expansão da produção, o DACM transformou-se na Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

Em 2014, o Brasil passou por uma crise hídrica e energética. A crise de abastecimento sentida com mais intensidade na Região Sudeste devido à forte estiagem deixou reservas de água em níveis muito baixos. No Rio Grande do Sul, a crise foi amenizada. A energia elétrica não teve queda de produção acentuada porque as termelétricas, movidas a carvão mineral, supriram o atendimento de demanda, evitando apagões e cortes prolongados.

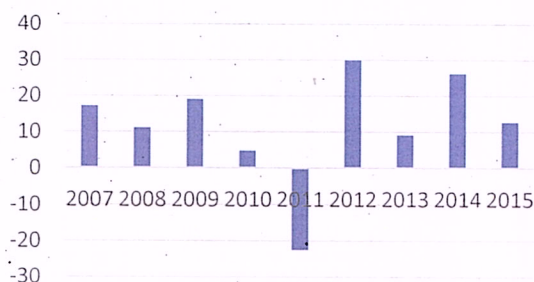
Para exemplificar a importância da autonomia da CRM, relatório do TCU indicou que o “apagão” elétrico de 2001 custou R\$ 45,2 bilhões ao país, exercendo efeito potencializador na queda do PIB.

O governo gaúcho diz que o resultado operacional é deficitário, o que não procede. A CRM gerou lucro líquido para o estado de R\$ 13 milhões em 2015. Em 2014, o lucro líquido foi de R\$ 26 milhões.

O carvão é uma fonte de energia segura. Não gera problemas como o enfrentado pelo Japão e suas usinas nucleares em que acidentes causam impacto gravíssimo.

Diversificação da matriz energética
Fonte de energia segura, não dependente de fatores climáticos ou com risco de vazamento nuclear, por exemplo

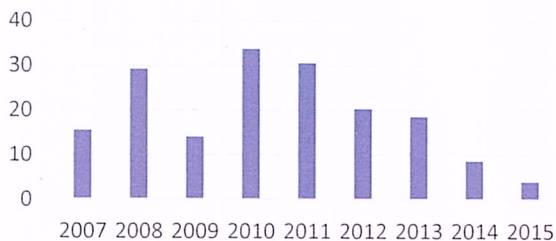
Lucro Líquido CRM 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Investimentos CRM 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul

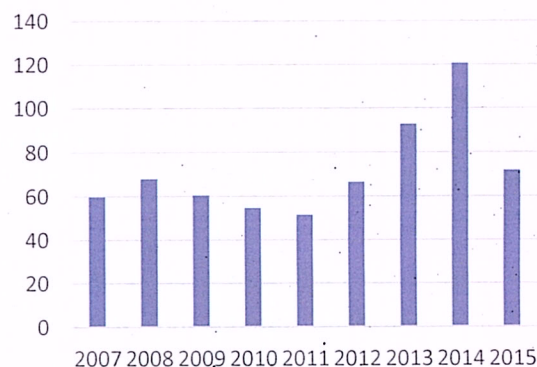
Ano de criação	1972
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	72
Prejuízo Líquido (R\$ milhão)	32
Investimentos (R\$ milhares)	151

Fonte: Balanço da empresa, 2015

A PROCERGS (Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul) é uma empresa de economia mista, que iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 1972 como órgão executor da política de informática do Estado.

É uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções de alto valor agregado, atua em 100% dos órgãos do executivo estadual e processa diariamente milhões de transações vitais para o bom funcionamento do Estado, beneficiando a vida de milhões de gaúchos.

Patrimônio Líquido Procergs 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

A Procergs em 2015 ficou com prejuízo, porque o governo do Estado ainda não realizou o pagamento dos serviços realizados

Corag - Companhia Riograndense de Artes Gráficas

Ano de criação

1973

Receitas (R\$ milhão)	57,9
Despesas (R\$ milhares)	17
Lucro Operacional (R\$ milhão)	12,5
Faturas a receber (R\$ milhões)	11,7
Empregados	232

Fonte: Balanço da empresa, 2015

Em 11 de setembro de 1973, pela Lei nº 6.573, foi constituída a CORAG (Companhia Riograndense de Artes Gráficas), sociedade de economia mista e capital autorizado, vinculada à Secretaria de Recursos Humanos.

A Corag é responsável pela edição e publicação do Diário Oficial do Estado, pela impressão de documentos de propriedade dos veículos do Detran e dos Talões do Produtor Rural.

A companhia possui um parque gráfico moderno, responsável por cerca de 25 milhões de impressos em 2014, produzidos para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

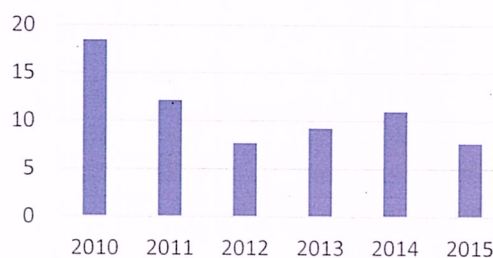
A Corag é lucrativa. Seus sucessivos resultados positivos contribuem para reforçar as finanças do Estado. Nos últimos 5 anos, a Corag lucrou R\$ 50 milhões. De janeiro a novembro de 2014, faturou com publicações no Diário Oficial do Estado, de mais de R\$ 40 milhões. Os números ajudam a entender o crescimento do interesse de setores da iniciativa privada sobre essa empresa pública.

A Corag:

- É uma empresa rentável que paga dividendos para o Estado
- É a imprensa Oficial do Estado
- Imprime documentos de segurança ao menor preço e sem fraudes

Não são atividades sobrepostas com a Procergs, pois uma trabalha com processamento de dados e outra com impressão de segurança.

Lucro Líquido Corag 2010 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

Ano de criação	1993
Comercialização (m ³ por dia)	2.402.981
Rede de gasoduto	946,7 quilômetros
Municípios de abrangência	38
Clientes	26.547
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	134
Lucro Líquido (R\$ milhão)	69
Investimentos (R\$ milhares)	41
Empregados	148

Fonte: Balanço da empresa, 2015

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) é a empresa responsável pela comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado. Criada em 1993, atua como uma sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A, a Gaspetro. Iniciou a comercialização do gás natural em 2000, com a conclusão do Gasoduto Bolívia-Brasil.

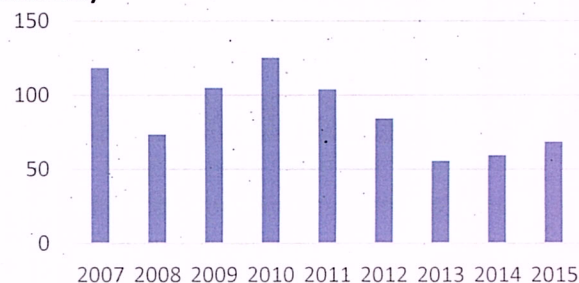
A companhia busca se tornar um agente de desenvolvimento de infraestrutura energética através da articulação e atração de investimentos para os projetos de GN, considerando as ações de planejamento governamental com vistas à redução das desigualdades regionais. Para isso, pretende contribuir para o desenvolvimento de polos regionais em todos os COREDEs com demandas potenciais significativas de Gás Natural.

A Sulgás atende hoje 121 indústrias, 670 estabelecimentos comerciais e 82 postos de GNV, sendo mais uma opção aos parques industriais. O número de clientes só vem aumentando, o que mostra um grande potencial de expansão gerando desenvolvimento industrial e o ingresso de mais receitas para o Estado.

O lucro líquido da Sulgás em 2015 foi de R\$ 69 milhões enquanto investimento realizado foi de R\$ 41 milhões.

A Sulgás deverá ter lucro de até R\$120 milhões ainda em 2016. Desse total projetado, cerca de um quarto, até R\$ 30 milhões, devem ser repassados aos cofres do Estado.

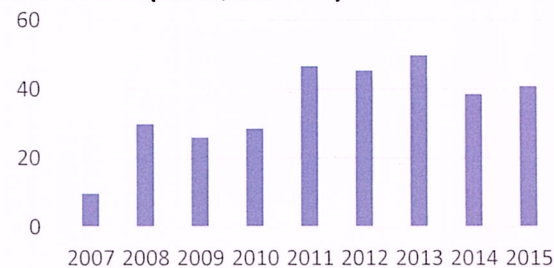
Lucro Líquido Sulgás 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Investimentos Sulgás de recursos próprios 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

Badesul - Badesul Desenvolvimento

Ano de criação	1997
Financiamentos para prefeituras 2011-2014 (R\$ milhão)	291,1
Municípios beneficiados 2011-2014	223
Financiamento para agronegócio 2011-2014 (R\$ milhão)	1.413,9
Financiamento para empresas 2011-2014 (R\$ bilhão)	2
Patrimônio Líquido (R\$ milhão)	724
Prejuízo Líquido (R\$ milhão)	30
Investimentos (R\$ milhares)	R\$
Empregados	189

Fonte: Balanço da empresa, 2015

O Badesul foi instituído em 1997 com a criação da Caixa Estadual S.A. - Agência de Desenvolvimento. Essa razão social foi alterada mais tarde para Caixa Estadual S.A. Agência de Fomento/RS – CaixaRS. Em 2011, a razão social dessa instituição passou a ser BADESUL Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS. O Badesul é um grande incentivador do desenvolvimento sustentável, do progresso tecnológico, da inovação e da cooperação internacional.

Fortalece o apoio aos segmentos mais diversificados da economia, desde o agronegócio, municípios, à inovação e às empresas. Financia projetos estratégicos em todas as regiões do Estado.

O Badesul é o segundo maior agente financeiro do BNDES no RS, sendo um importante parceiro do governo estadual para alavancar a política industrial em várias áreas, tais como: indústria oceânica e polo naval, biocombustíveis, semicondutores, energia eólica, saúde avançada e medicamentos, automotivo e implementos rodoviários, madeira, celulose e móveis, calçados e artefatos, produtos de borracha e material plástico, agropecuária e agroindústria, máquinas e implementos agrícolas, logística, serviços, geração e

distribuição de energia. Dispõe das linhas de crédito Badesul Cidades, Inovacred (micros, pequenas e médias empresas).

No último triênio, foram quase 3.000 projetos financiados por todo estado, gerando em torno de 51.000 empregos diretos.

A área de atuação do Badesul compreende todo o Rio Grande do Sul, 497 municípios gaúchos distribuídos em 28 Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul). Cada um dos Coredes do Estado tem a função de discutir problemas de sua região, sendo compostos por empresas e trabalhadores, universidades, prefeituras, câmaras de vereadores, entre outros.

Lucro Líquido Badesul 2007 a 2015 (em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Patrimonial das estatais.

Nota: (1) Valores deflacionados a preços de dezembro de 2015.

O prejuízo do Badesul em 2015 foi devido o envolvimento de clientes com a Operação Lava-Jato, o que comprometeu o balanço do Badesul

Fundações do Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de novembro de 2016, o Governo gaúcho apresentou para a sociedade propostas de ajuste fiscal e reestruturação do Estado, dentre elas a **extinção de 9 fundações** no Rio Grande do Sul (em destaque na tabela abaixo), propostas estas que causarão **demissões de 1.200 empregados**.

Entidade	Nº de empregados
FUNDAÇÕES	5.720
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RS	793
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	432
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RS	42
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	227
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA S E HEUSER	179
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM RECURSOS HUMANOS	80
FUND DE ART E DES DE POL PUBL PES PPD'S E PPH'S	123
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO S V DA CUNHA	289
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	98
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO	1.615
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	560
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL	190
FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	9
FUNDAÇÃO EST DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG	131
FUNDAÇÃO PIRATINI	247
FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	14
FUNDAÇÃO EST DE PROTEÇÃO AMB HENRIQUE RÖESSLER	338
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	220
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	133

Fonte: Secretaria da Fazenda/RS

Na apresentação do projeto de extinção das Fundações no Rio Grande do Sul, o Governo do Estado divulgou gasto de R\$ 177,2 milhões. Essas despesas são insignificantes para o retorno, pois **representam apenas 0,28% de despesa no orçamento**.

As Fundações do Estado do Rio Grande do Sul são fundamentais para o desenvolvimento do estado com justiça social!

As Fundações Estaduais são instituições que possuem grande especialização e proporcionam condições para o Estado elaborar políticas públicas que fortalecem os arranjos produtivos gaúchos, atendem a população, produzem conhecimento.

A **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)** pensa, planeja e executa a formação em Gestão Pública. Tem caráter estratégico de formação de inteligência ao serviço público mesmo sendo de direito privado. Possui uma estrutura muito enxuta, apenas 80 servidores que realizam grande trabalho na gestão. A Escola de Governo e Assessoria Organizacional, por exemplo, realizaram no último período mais de 700 ações educativas. A FDRH capacitou mais de 50 mil servidores públicos e agentes sociais; acompanha mais de 9 mil estagiários em diferentes órgãos e entidades do Estado e possui tradição ética e reconhecida idoneidade na Seleção de Servidores Públicos concursados.

A FDRH é estratégica para o Poder Executivo Estadual, pois qualifica e organiza a Gestão Pública, realiza formação de servidores municipais das prefeituras. Oferece cursos que afetam diretamente as relações de poder, como os relacionados à captação de recursos e gestão e fiscalização de contratos. Entre as ações que a FDRH realizou junto com os municípios, está a capacitação de servidores municipais em cursos do SICONV, onde os municípios obtiveram grandes índices de captação de recursos, promovendo mais justiça social. Foram cursos de baixo custo baratos para as prefeituras, em média R\$ 67,50 por aluno. Caso este mesmo curso fosse realizado pela iniciativa privada, o custo ultrapassaria os R\$ 1.250,00 por aluno. Outro curso que a FDRH realizou foi o de Gestão e Fiscalização de Contratos – EAD (FDRH em parceria com TCE-RS), área estratégica para as administrações, com qualidade e baixo custo (R\$ 1,17 por aluno). No mercado privado, o custo seria R\$ 19,45.

A FDRH é de extrema importância para sociedade gaúcha. Qualquer ameaça seria para beneficiar setores especulativos.

A **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)** é uma instituição de pesquisa. Constitui a maior e mais completa fonte de dados estatísticos. Possui o maior acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica. Produz conhecimento em temas de desenvolvimento econômico, social e institucional, com rigor de pesquisa e excelência na produção de estudos, análises, indicadores e índices, divulgados regularmente em publicações impressas e online. O acesso público, gratuito e amplo de informações permite conhecer, analisar, debater e planejar políticas públicas relevantes para o nosso desenvolvimento.

Não há organização viável sem bons dados, indicadores e avaliações de desempenho. Sem informação confiável é impossível fazer políticas públicas.

A **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** é responsável pelo planejamento das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado; pelo transporte na Região Metropolitana de Porto Alegre; pela gestão do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros (SETM) nas demais RMP e AgloU e gerenciamento do Programa Passe Livre Estudantil.

Suas ações referem-se ao planejamento e controle operacional do sistema: horário, itinerário, condições da frota, urbanidade do pessoal de operação, cálculo tarifário e regulamentação do transporte de fretamento. É o órgão de gestão urbana e regional do Governo do Estado que tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado entre os municípios. Atua em gestão e planejamento no âmbito estadual e na medida de suas atribuições, predominantemente na Região Metropolitana de Porto Alegre, Serra Gaúcha, Aglomeração Urbana do Litoral Norte e Aglomeração Urbana do Sul. Nestas áreas estão localizados cerca de 5,7 milhões de habitantes, representando aproximadamente 53% da população gaúcha, ocupando 7% da área territorial do Estado, onde se concentra cerca de 70% da economia do RS.

Atua no gerenciamento do Transporte Coletivo Intermunicipal nos municípios das Regiões Metropolitanas (47 municípios) e Aglomerações Urbanas (25 municípios), totalizando 72 municípios.

A **Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)** é o órgão responsável pela promoção e conservação da biodiversidade. Atua nas áreas de pesquisa, educação ambiental, assessoria, conservação e lazer. Integram a FZB, o Museu de Ciências Naturais e o Jardim Botânico, localizados em Porto Alegre, e o Parque Zoológico, localizado em Sapucaia do Sul.

A FZB não tem preço, tem valor. Constrói consciência de sustentabilidade, para a proteção do meio ambiente e garantia da biodiversidade. Está comprometida com a qualidade ambiental, preservação da flora e fauna e gestão ambiental eficiente. Os danos ambientais, muitos deles irreversíveis, afetam a população no médio e longo prazo. Meio ambiente sadio para toda a população é preceito da Constituição. O debate deve ser sobre a qualidade do desenvolvimento, sobre geração de ciência para minimizar ou evitar impactos ambientais e a importância da existência de instituições públicas que fazem pesquisa e contribuem com a proteção ambiental, como é o caso da FZB.

A FZB atua diretamente na extração da peçonha para produção de soro antiofídico; na elaboração de Planos de Manejos para Unidades de Conservação, evitando contratar consultorias privadas; elabora a lista de espécies ameaçadas de extinção, conforme previsto em Lei, evitando contratação de consultorias privadas. Para se ter uma ideia, o Plano de Manejo do Banhado Grande custaria R\$ 6 milhões realizado por consultoria privada, mas com a FZB o custo para os gaúchos ficou em menos de 20% desse valor. O Plano de Manejo da APA Estadual Delta do Jacuí, elaborado por empresa privada, custou R\$ 900 mil ao passo que o Plano do Parque Delta do Jacuí, com área territorial maior, foi elaborado pela FZB ao custo de R\$ 170 mil.

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)** colabora efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do RS. A CIENTEC participou dos estudos que resultaram na implantação de dois grandes complexos industriais: a Refinaria Alberto Pasqualini e o Polo Petroquímico de Triunfo. Na área de P&D destacam-se o Programa de Carvão que tornou a CIENTEC uma referência nacional; os projetos Aglotec, Cicasol e Cical na área da construção civil; a Proteína Vegetal Texturizada, na área de alimentos; os estudos de impacto ambiental desenvolvidos para a CEEE, CRM e Petrobrás; entre inúmeros outros.

Sua participação em grandes obras públicas pode ser vista através da Ponte Internacional Brasil-Paraguai, do Vão Móvel da Travessia Getúlio Vargas, do Viaduto e Túnel da Conceição, dos Viadutos da BR 290, das Barragens de Amarópolis, Anel de Dom Marco e Bom Retiro do Sul. Ainda nos Núcleos Habitacionais da COHAB/RS: Fernando Osório (Pelotas), Guabiroba (Pelotas) e São Victor (Caxias). Nos pavilhões do Parque de Exposições Assis Brasil (Esteio), do Prédio da Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), e do Centro Desportivo do Estado do Rio Grande do Sul (CETE); nos edifícios do Centro Administrativo do Estado do RS (CAERGS) e na sede do Instituto.

A CIENTEC teve papel decisivo em ganho de indenização de R\$ 216 milhões para o Estado no caso Ford. Por meio de avaliação técnica inicial de sua equipe e, a posteriori, através de laudos periciais da CIENTEC foi possível provar que a montadora fez uso indevido de incentivos obtidos junto ao governo estadual para fins diversos àqueles inicialmente propostos para instalação da montadora no município de Guaíba-RS. A Fundação foi designada judicialmente pela sua isenção para juntar elementos para esclarecimento dos fatos para balizar a decisão.

Outros exemplos recentes incluem a identificação de fraude em fertilizantes, que lesava milhares de agricultores, onerando o agronegócio gaúcho em centenas de milhões de reais. Bem como o desenvolvimento de fornos de produção mais sustentáveis de carvão vegetal e análises que permitirão que o Estado duplique a sua capacidade produtiva e exporte para outros países. O poder público não pode abrir mão de uma inteligência que consagra os aspectos técnicos sobre as especulações do mercado.

A **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)** possui conhecimento acumulado ao longo da história do RS. Trata-se da memória, cultura pública, laica, disponível a todos. Trata-se da divulgação da ciência do folclore, o intercâmbio com órgãos de atividades afins e com a cultura popular. Como instituição ela representa o Estado em assuntos pertinentes à cultura regional e presta assessoria e serviços especializados.

A FIGTF possui o Museu do Som Regional que disponibiliza um acervo de LPs, CDs e fitas VHS que conta a história da música gaúcha; o Estúdio Cesar Passarinho destinado à gravação e digitalização desse acervo e a produção de programas radiofônicos. O Núcleo de Pesquisa sobre a história e a cultura do Rio Grande do Sul presta assessoria a pesquisadores, participa de eventos ligados ao folclore, festivais e ao tradicionalismo gaúcho e publica obras relacionadas aos temas. A Biblioteca dispõe de um acervo de 4 mil obras, composto por livros, monografias, revistas e recortes de jornais e obras de referência de assuntos relacionados ao folclore, tradicionalismo, culturas das diversas etnias formadoras do Rio Grande do Sul.

A **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** é de extrema importância para a vida dos gaúchos. Presta serviços de qualidade em saúde pública e executa as políticas públicas em saúde. Está dividida em departamentos que tratam diretamente da vida das pessoas.

Muitas famílias possuem algum de seus membros com a necessidade urgente de transplante de medula óssea. Em quatro anos, disponibilizou 40.067 amostras de medula óssea, contribuindo com o cadastro do Registro de Doadores Voluntários de Medula Óssea.

O HEMORGÁS (Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul) coleta, processa, qualifica e distribui sangue, hemocomponentes e hemoderivados (através de sua Clínica de Hematologia) para hospitais conveniados e pacientes hemofílicos, na Grande Porto Alegre e no Interior, além de desenvolver atividades de ensino, treinamento, pesquisa e assistência.

A FEPPS realiza os testes de Paternidade, em convênio com Secretaria da Justiça, com custo muito menor dos comprados pelo Estado na rede privada. É de fundamental importância principalmente para os mais pobres. Os testes de paternidade é inviável para famílias de baixa renda na rede privada.

O Centro de atendimento para casos de intoxicação (24 horas por dia) realiza 23.000 atendimentos/ano; o Laboratório de Análise Toxicológica realiza 10.000 análises/ano; o Diagnóstico por Transferência de Imagem realiza 7.000 diagnósticos/ano. São atendidos 468 municípios, e 80% dos solicitantes médicos/unidades são de emergência. Se este serviço não for público, com a qualidade que possui, o caos no atendimento de urgência e emergência aumentará.

O Laboratório Central do Rio Grande do Sul (LACEN) realiza análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, Hepatites Virais, HIV, Tuberculose, Cólera, Dengue, Febre Amarela, Leptospirose, Infecções Hospitalares (cepas resistentes), surtos alimentares (leite, produtos lácteos, farinhas, erva-mate e vários produtos e alimentos), análises em águas, medicamentos, saneantes, H1N1, Chagas, Leptospirose, entre tantos outros diagnósticos.

A FEPPS, apenas no período de 2011 a 2014, coletou 216.268 bolsas de sangue para processamento e produção de hemocomponentes; produziu 482.321 hemocomponentes; coletou 40.067 amostras de medula óssea; realizou 3.178.948 análises de Vigilância em Saúde; 17.270 testes de paternidade; 39.366 análises toxicológicas; foram 15.885 pacientes atendidos na Clínica Hematológica (hemofílicos, portadores de anemia falciforme e outras hemoglobinopatias e coagulopatias).

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** realiza estudos e trabalhos fundamentais para os sistemas de produção e com produtos essenciais para a saúde e alimentação humana e animal (pesquisas com mandioca, feijão, batata-doce, milho, plantas medicinais, pastagens, solos, entre outras).

Os laboratórios de saúde animal são acreditados pelo Inmetro e credenciados ao Ministério da Agricultura para a realização de mais de 15 exames, como doença de New Castle, peste suína clássica, brucelose e leptospirose. Isto possibilita a exportação dos produtos de origem animal, através da manutenção do Status sanitário do Estado.

No caso da Febre Aftosa, a Fepagro foi fundamental para a erradicação, através da produção de vacina e do controle sanitário, realizados pelos laboratórios. O controle do carrapato também é um trabalho relevante da Fundação, através da coleta, análise e orientação para controle nos rebanhos.

O zoneamento agroclimático elaborado pela Fepagro contribui para minimizar riscos climáticos e ainda possibilita a identificação de áreas com potencialidades específicas de produção e produtividade.

Mais de 40 cultivares, importantes para as lavouras e economia, são resultantes do melhoramento genético vegetal realizado pela Fepagro.

A **Fundação Piratini** é a gestora das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado, TVE e FM Cultura. Promove a comunicação democrática e propicia o acesso à informação, educação e cultura, estimulando a reflexão crítica da realidade. Sua programação tem o compromisso de incentivar a participação social, refletindo sua diversidade, expressões culturais e seus anseios. Oferece à população gaúcha uma comunicação cidadã e de qualidade. Mediante a produção de conteúdo adequado ao interesse público, as duas emissoras contribuem significativamente para a geração de conhecimento, estabelecendo nexos não aparentes da realidade e oferecendo contrapontos à abordagem das emissoras de radiodifusão comerciais.

O sinal da TVE chega, hoje, a mais 6,5 milhões de telespectadores, por meio das suas 40 antenas repetidoras e sua geradora, localizada em Porto Alegre. É a segunda maior emissora de televisão do Rio Grande do Sul. Já a FM Cultura, dedicada à música erudita, local, popular brasileira e internacional, chega a atingir, atualmente, mais de 3 milhões de ouvintes.

A FM Cultura tem uma produção voltada para um conteúdo de relevância social e cultural. Algumas atrações da emissora permitem que jovens profissionais divulguem seus trabalhos. Programas como o Unirádio, por exemplo, propiciam a participação de universitários por meio da produção e veiculação de reportagens e documentários realizados por alunos de universidades do Estado.

A Fundação Cultural Piratini irradia um conceito de comunicação educativa e democrática, estimulando a reflexão crítica. Promove a cultura de forma plural, criativa, de interesse público e cidadania. O atual governo demonstra seu descompromisso com a cultura rio-grandense, revelando sua real intenção em favorecer os interesses dos grandes grupos que monopolizam a comunicação no Estado e no país. Em troca, os governos que alimentam o monopólio privado são favorecidos. A narrativa dos meios privados de informação massificada atende a interesses de grandes empresas, transforma o Estado em parceiro econômico, o que impede o distanciamento crítico e a abertura de espaço para todas as cozes da representação social.

Recursos mal gastos

Segundo o Portal Transparência RS, a Secretaria Estadual de Comunicação gastou em 2016, até o mês de novembro,

R\$ 6.237.444,26 em publicidade institucional. No mesmo período, a Assembleia Legislativa gastou R\$

5.723.906,18 em publicidade institucional. Enquanto isso, políticas como a qualificação de assentamentos receberam apenas R\$ 372.801,60, em 2016. Já a qualificação dos sinais de cobertura da TVE e FM Cultura recebeu R\$ 156.760,92 e a qualificação dos recursos humanos na administração recebeu apenas R\$ 10.350,52.

Ainda segundo o portal Transparência, somadas, essas últimas três áreas – qualificação de assentamentos, dos

sinais de cobertura da TVE e FM Cultura e de recursos humanos – receberam menos recursos do que o jornal Zero Hora, por exemplo, recebeu em publicidade até novembro deste ano. Enquanto os gastos de publicidade com ZH chegam a R\$ 583.185,21, as três áreas citadas, somadas, chegam a R\$ 539.911,00. Ainda no mesmo período, o jornal Correio do Povo recebeu R\$ 222.655,28. (Fonte: Sul21)

As consequências da privatização

Estão liquidando rapidamente as fortalezas recentes da economia brasileira

O estado brasileiro deixou de fazer ação anticíclica (com investimentos), ação agora é pró-cíclica (com ajuste fiscal). Essa política leva ao fim da proteção ao emprego, da melhoria do poder de compra real do salário. Implode a rede de resistência à miséria e à fome (o Brasil deve retornar ao mapa da fome). Com a recessão, os estados continuarão endividados e aqueles que não estão passarão a ficar. O momento de baixo investimento público e privado tende a agravar o quadro.

O objetivo dessas medidas é liquidar com o incipiente Estado de Bem Estar Social do Brasil, reduzindo-o níveis mínimos. A ideologia dessa ação é reimplantar um padrão de acumulação centrado na redução de custos trabalhistas e sociais, com aumento da margem de lucro. Isso será feito mudando o padrão funcional do país para a inserção nas “cadeias internacionais de valor”, como exportador de commodities e de insumos baratos, fazendo uma transferência da dinâmica econômica de mercado interno de massa para o setor externo.

Para mudar o cenário dessa recessão que o país enfrenta, o mercado poderia se recuperar com as seguintes

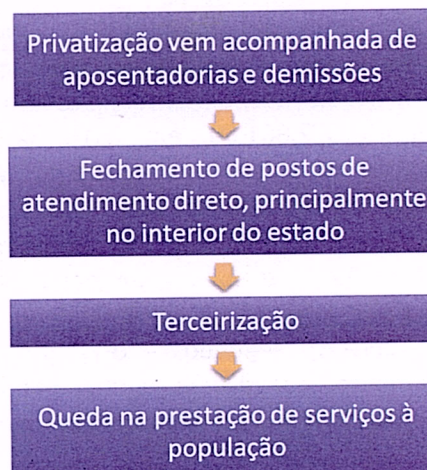
fontes: gastos públicos; demanda externa; novos investimentos. Mas, com as medidas propostas, haverá a interrupção do projeto nacional desenvolvimentista que se esboçava (composto pelos investimentos governamentais via estatais) e de combate à desigualdade social com distribuição de renda. Com isso, a renda cuja distribuição vinha melhorando, volta a se concentrar e o projeto de produzir para o mercado interno, com base num projeto de industrialização, fica comprometido.

Ao invés de comprimir os já escassos investimentos sociais, a alternativa correta para recompor o equilíbrio fiscal seria a limitação do pagamento dos juros da dívida pública, permitindo, assim, a retomada do desenvolvimento do Estado.

No mundo atual, como provam os países mais desenvolvidos, não existe crescimento econômico sem a presença do governo com apoio de empresas nacionais fortes. Tanto não existe que muitas das empresas em vias de privatização ou em risco de abertura de capital têm recebido propostas de empresas públicas de outros países, como chinesas que se mostraram interessadas em investir nos setores elétrico e de telefonia.

A lógica da privatização

Um dos principais fatores que levaram à queda na prestação de serviços à população e as péssimas condições de trabalho foram as demissões de empregados, o fechamento de postos de atendimento direto, principalmente do interior do Estado e a terceirização.



Postos de trabalho mais precários

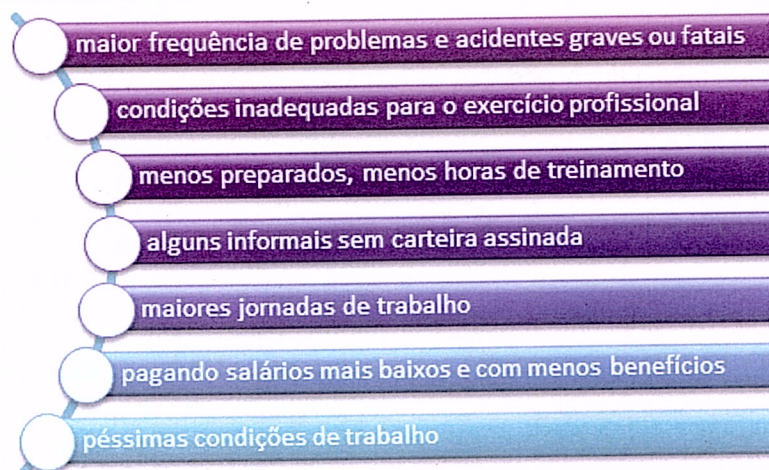
A série de transformações por que passou o setor elétrico nos últimos anos tem trazido graves consequências aos seus trabalhadores. As políticas governamentais de privatização vieram acompanhadas de aposentadorias forçadas e demissões, que hoje trazem a marca da terceirização como principal fator na prestação de serviços em um campo considerado de vital importância na economia do país. Com a terceirização de serviços, os acidentes de trabalho cresceram. Os acidentes no setor elétrico, muitas vezes graves e ou fatais, são a representação do exercício profissional em condições inadequadas.

O exercício das atividades através de prestadores de serviços, com força de trabalho nem sempre capacitada e/ou com

experiência insuficiente e sem treinamento, tem se tornado frequente. Somam-se a isso as falhas de instalação elétrica, energização indevida, não desligamento de circuito e fadiga por sobrecarga de serviço que, segundo dados do Grupo de Intercâmbio e Difusão de Informação Sobre Engenharia e Segurança do Trabalho (Gridis), têm interferência direta sobre a segurança dos trabalhadores em energia.

Enquanto nas empresas terceirizadas aumentaram os acidentes físicos, nas empresas estatais há uma evolução das doenças mentais do trabalho como a depressão, angústia, estresse e até síndrome do pânico, devido à sobrecarga de afazeres administrativos.

Saúde e segurança

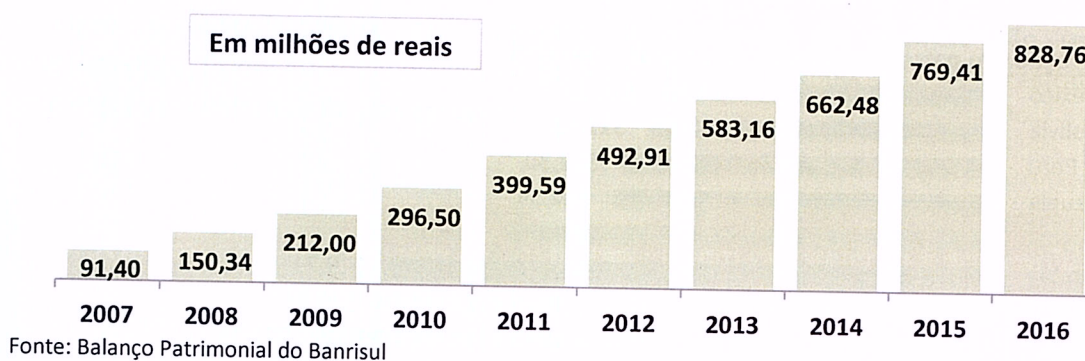


O outro lado da abertura de capital

O Bannrisul é um símbolo para o Estado. Resistiu à sede das privatizações do período Britto/FHC, mas no ano de 2007 (um ano de lucros e desempenho recordes para o banco), o governo do Estado, juntamente com sua maioria na Assembleia Legislativa, patrocinou a venda de 43% das ações do banco, numa operação que rendeu R\$ 2 bilhões. O momento para venda não poderia ser mais impróprio, pois em seguida houve uma baixa significativa de investimentos nas Bolsas de Valores de todo o mundo. Deste montante, R\$ 800 milhões referem-se à venda de ações primárias que permanecem no Banco. Porém, R\$ 1,2 bilhão foi proveniente da venda de ações preferenciais pertencentes ao Governo do Estado e, portanto, recursos que não ficaram no banco.

De acordo com o seu estatuto social, a participação do Estado no capital do Banco não poderá ser inferior a 51% do total de ações com direito a voto, em hipótese alguma.

Acumulado do resultado distribuído entregue aos acionistas (ou, quanto o Estado deixou de receber após a abertura de capital)



Atualmente, suas operações abrangem todas as atividades bancárias compatíveis com a natureza de um banco oficial organizado sob a forma múltipla, operacionalizando carteiras de crédito comercial, crédito imobiliário, financiamento e investimentos, arrendamento mercantil, carteira de desenvolvimento e câmbio.

Na estrutura societária do Banco, tem o Estado com participação acionária corresponde a 56,97% do capital total, e os 42,83% restantes são de capitais Free Float (livre negociação).

Realizando a soma de todos os dividendos que o Rio Grande do Sul recebeu de 2007 até 2016, chega-se a um total de R\$ 1.934 milhões e a **remuneração dos outros acionistas (ou o quanto o Estado deixou de ser remunerado) foi de R\$ 829 milhões desde a abertura de capital.**

Quem ganha com as privatizações são os acionistas e não a população!

Privatizar prejudica toda a sociedade

Privatização de empresas no Brasil não é uma novidade. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tivemos uma onda privatizações no país. Essa seção tem como intuito relembrar algumas delas para trazer a discussão se realmente essas privatizações foram as melhores opções para o país.

Telefonia

Os defensores do processo de privatização acenavam para a população que haveria melhoria nos serviços prestados e barateamento nas tarifas telefônicas. Exemplo claro dessa falácia foi a privatização da telefonia. Empresas privadas do setor costumam figurar nos topos dos **rankings de reclamações** e ainda cobram as tarifas mais caras do mundo.

Reclamações 2015 – PROCON/RS

Atendimento	Nº absoluto	%
OI S.A./ OI FIXO/ BRASIL TELECOM	513	12,0
OI MÓVEL S.A./ OI TV/ BRASIL TELECOM	330	7,7
CLARO S.A.	265	6,2
TELEFÔNICA BRASIL SA/ VIVO	209	4,9
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A	139	3,3
GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA.	122	2,9
TIM CELULAR S.A.	98	2,3
Total Geral de Atendimentos	4.270	100

Fonte: PROCON/RS

**Empresa privada oferece serviços de mais qualidade que empresa pública?
Então como explicar a reincidente 'premiação' das empresas de telefonia como sendo as que mais recebem reclamações no Procon?**

Tarifas de celular mais caras

Segundo a União Internacional das Telecomunicações (UIT) o Brasil ainda tem **tarifa de celular mais cara** do mundo.

Comparação em países das tarifas de celular – em US\$



Fonte: União Internacional das Telecomunicações

**Empresa privada é mais eficiente e por isso pode ter tarifas mais baratas?
Então como explicar o Brasil ter a tarifa mais cara do mundo?**

Samarco

Quando são usados argumentos de que a empresa pública tem que fechar porque não é tão eficiente quanto a privada, vale lembrar que a busca incessante de redução de custos pelo setor público, muitas vezes coloca em risco a segurança dos trabalhadores, da sociedade e do meio ambiente.

Exemplo claro e muito recente é a da Samarco, empresa subsidiária da Vale do Rio Doce. Em 1997, quando a Vale do Rio Doce foi privatizada, a venda incluiu o subsolo nacional, com todas as não contabilizáveis riquezas. O que houve no caso da tragédia de Mariana, em novembro de 2015, com o rompimento de uma barragem, foi a **negligência da Samarco que deixa de lado a segurança operacional** e provoca o maior desastre ecológico da história do país. Tudo para reduzir custos lucrar mais.

O prejuízo na biodiversidade e na região fica por conta do Estado e dos contribuintes, não dos acionistas da empresa.

Sabesp

Outro exemplo é a Sabesp e a grave crise hídrica em São Paulo em 2014 e 2015. A abertura de capital da empresa foi em 1994. Seu IPO ocorreu em 2002.

Após a abertura do capital, **as tarifas de água subiram acima da inflação**, mas não houve aumentos significativos de investimentos. Por ser uma empresa listada na Bolsa de Valores, a companhia apresenta indicadores de rentabilidade para seus acionistas e o seu faturamento está vinculado à água que ela vende. O tratamento de esgoto também segue esta lógica. **A Sabesp visa o lucro e a rentabilidade das ações de seus investidores**, sem se preocupar com a qualidade do serviço e a necessidade de investimento para diminuir impactos de uma estiagem prolongada. Nesse caso também foi negligência da empresa não realizar investimentos. Faltou interesse público na gestão e continua faltando, pois não há estratégias eficientes para enfrentar futuras estiagens.

A privatização dos serviços de água e saneamento em SP trouxe para a população:

- Menos investimentos para enfrentar estiagens
- Tarifas mais caras

Bom saneamento é prevenção contra doenças!

Não o ter, onera o estado (e os contribuintes) aumentando o gasto público com saúde

Alternativas para o Estado

Rigor no combate à sonegação

O indicador percentual de evasão para o conjunto de tributos brasileiros foi definido com o cruzamento e ponderação dos dados da arrecadação dos tributos com os indicadores de evasão em estudos do Sinprofaz e dados de arrecadação do relatório de Análise da Arrecadação de Receitas Federais de 2014, publicado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em dezembro de 2014.

Desse cruzamento se estruturou o **indicador estimado médio de evasão de 27,6%** da arrecadação, que equivale a R\$ 443,9 bilhões ou 8,6% do PIB de 2014.



Fonte: AFOCEFE Sindicato

Disponível em: <http://www.sonegometro-rs.org.br/> Acesso em: 23/11/2016 às 11:15.

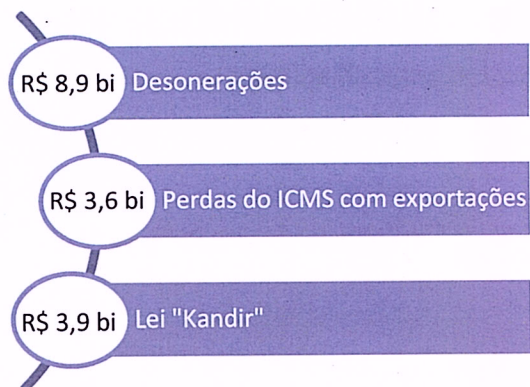
Revisão das renúncias e isenções fiscais

A renúncia fiscal é um instrumento previsto na legislação tributária que serve para reduzir a arrecadação potencial da receita formada através de recolhimento de impostos¹.

A Lei de Responsabilidade fiscal (LRF) obriga os Estados a produzirem um demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia² de receita. O Demonstrativo produzido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul³ (SEFAZ) revela que, em 2015, a renúncia foi

de R\$ 16,4 bilhões.

De acordo com a SEFAZ, essa renúncia pode ser classificada em três vertentes, conforme figura a seguir.



Entre as desonerações (R\$ 8,9 bilhões) não heterônomas, ou seja, que o Estado possui influência legislativa, tem-se que 89,8% referem-se ao ICMS, 8,8% IPVA e 1,4% ITCD. As perdas do ICMS com

¹ O tema da renúncia fiscal está previsto no Capítulo V da Lei 5.172/1966 que instituiu o Sistema Tributário Nacional.

² De acordo com LRF - renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo.

³ Divulgado em setembro de 2016.

exportações (R\$ 3,6 bi) de produtos industrializados e aquelas derivadas da Lei Kandir (R\$ 3,9 bi), que abarca produtos primários e semielaborados, ambas heterônomas, totalizaram, em 2015, já deduzidas as compensações⁴, 7,5 bilhões.

Os R\$ 8,064 bilhões que o Estado concedeu em desonerações no ICMS⁵, em 2015, equivale a 22,9% do que poderia ter sido arrecadado. O dobro, em termos percentuais, do que concede o estado de São Paulo⁶, por exemplo.

Esse montante de renúncias fiscais (R\$ 16,4 bi) poderia pagar 13 folhas de pagamento de todo o poder Executivo do estado. É pagaria três vezes o déficit do Estado, que em 2015, foi de R\$ 4,9 bilhões.

Tendo presente o quanto é significativo o montante de renúncia concedido anualmente, é inevitável, não se questionar:

- **Quantos empregos geraram?**
- **Qual o impacto no desenvolvimento da região, do território?**
- **Qual a eficácia econômica dessas medidas?**
- **Quais são as empresas beneficiadas?**

Difícilmente o cidadão conseguirá respostas a essas perguntas, porque falta

⁴ As compensações estão diminuindo sistematicamente – em 1998, o estado compensava em torno de 80% do total, em 2015, apenas 9% foi recuperado.

⁵ A principal fonte de receita do estado do Rio Grande do Sul é o ICMS, representando 94,3% da arrecadação tributária estadual.

⁶ Conforme a LDO n. 369/2016, o estado de São Paulo, em 2015, concedeu 132,6 bilhões em renúncia do ICMS o que equivale a 11,3% da arrecadação potencial.

transparência social em torno desse processo, onde nem os trabalhadores das empresas e nem as entidades da sociedade sabem exatamente quais são as empresas que recebem tais benefícios e o impacto dessas medidas nos territórios. Isso porque é protegido por sigilo fiscal.

Mesmo com o importante avanço que trouxe à sociedade, a Lei de Acesso à Informação de 2011, que prevê que informações de interesse público sejam divulgadas pelo governo, a Receita Estadual se recusa a prestar as informações sobre essas renúncias, respaldada no artigo 198 do Código Tributário Nacional de 1966, que diz que: não é permitido divulgar qualquer informação sobre “a situação econômica ou financeira” de empresas.

Cumprir registrar que, resta dúvida sobre os privilégios a determinadas empresas em detrimento de outras de um mesmo setor, onde o Estado pode estar proporcionando uma vantagem comparativa importante para uma empresa e fomentando concorrência desleal.

Pouco se fala sobre o real impacto dessas políticas de renúncia fiscal nas próprias finanças públicas e na economia como um todo. Esse é um assunto que precisa ser discutido pelas empresas, pelos sindicatos dos trabalhadores, uma vez que reduz a capacidade de financiar políticas públicas que favorecem toda a sociedade, fazendo a opção de imunizar segmentos econômicos abrangidos por essas medidas.

Patrimônio público gaúcho não
pertence a um partido político ou a um
governador, mas sim do povo gaúcho!
